

VOLT

AUTÁRQUICAS 2025

ODIVELAS MAIS PERTO

Programa para Odivelas – Autárquicas 2025

Introdução

O Volt vê em Odivelas um grande potencial para implementar políticas de integração social, incentivo à utilização de transportes públicos, melhoria no urbanismo e na forma de viver em comunidade, investimento em espaços verdes e cultura, incentivo de movimentos de cidadãos. Também existe oportunidade de cooperação com entidades privadas e sociais, criação de modelos de gestão autárquica, comunicação entre poder autárquico e o cidadão, criação do modelo de cidade de 15 minutos, segurança para os munícipes e atividades lúdicas e culturais.

Odivelas tem a proximidade de uma capital e pode ser transformada numa cidade em que viver pode ter momentos de lazer e culturais independentes. Tem pouca área total, permitindo uma boa ligação entre os lugares e freguesias. Tem uma comunidade multicultural que sabe viver em harmonia e poderá representar um exemplo na Europa. Os orçamentos anuais podem ser mais bem aplicados, com participação ativa dos cidadãos e integração de novas ideias de movimentos de cidadãos e associações culturais e sociais. Tem uma elevada densidade populacional, o que permite que essas ideias tenham um maior impacto para mais pessoas. Podemos deixar de ser um subúrbio para passar a ser uma cidade onde as pessoas não durmam apenas, mas desejem sair e ir a locais de lazer e partilhar momentos de descontração entre fregueses e munícipes. Para tal, podemos trazer propostas já testadas em outras cidades da Europa e adaptá-las à realidade de Odivelas.

O exercício de poder local está muito afastado dos cidadãos, quer por falta de comunicação, quer por não escutar as necessidades específicas. Tem estado isolado e não procura suficientes sinergias com entidades locais, nacionais e europeias. Devido à possibilidade de um melhor controlo local, poderia ser exemplo para outras cidades, tanto subúrbios de grandes capitais, como cidades mais isoladas, que necessitam de ter uma melhor vida cultural ou, simplesmente, de lazer em tempos livres. Existe igualmente escassez de investimento económico e em atividades especializadas. Tem um tecido económico baseado em pequenos negócios, muitos deles familiares, em que o apoio local é praticamente inexistente.

O Volt propõe uma mudança nestas políticas. Começando por um maior investimento nos transportes públicos, de forma a que se possa chegar a qualquer parte do concelho em menos de 15 minutos, sem ter de recorrer ao carro particular, seguido de um incentivo na mobilidade ligeira segura para deslocações mais curtas, tornando dessa forma as deslocações pedonais mais agradáveis e seguras. Um estímulo maior à economia especializada, promovendo o investimento privado em

empresas tecnológicas e especializadas, a criação de espaços de co-working, evitando deslocações para fora do concelho, para quem trabalhe fora de Odivelas, mas que esteja em regime de home working. Encorajamento à colaboração com entidades de ensino privadas e sociais, para expansão dos serviços de apoio de educação e ocupação de tempos livres dos estudantes residentes no concelho. Identificação das necessidades dos pequenos negócios familiares ou locais, de forma a maximizar a sua sustentabilidade. Identificar e promover negócios com possibilidade de expansão nacional ou europeia.

O Volt propõe também medidas específicas no que se refere a propostas culturais e de lazer, que permitam que os residentes não sintam a necessidade de procurar noutros locais e também trazer uma maior visibilidade de Odivelas. Podemos trazer propostas já testadas em outras cidades da Europa e adaptar à realidade local de Odivelas.

Relativamente à proximidade dos órgãos autárquicos aos cidadãos, o Volt incentiva uma maior participação do cidadão ou movimentos de cidadãos. A utilização de meios eletrónicos de comunicação tem de ser implementado ou melhorado. Tem de ser dada mais voz ao cidadão, quer por movimentos organizados, como as associações de moradores, quer através da participação individual.

Mobilidade

O Volt apresenta soluções mais ecológicas, práticas e que permitam a redução do transporte em carro individual. O objetivo é tornar as deslocações dentro do concelho e para fora do concelho, não só mais baratas, como com menor impacto ambiental, reduzindo a necessidade de deslocações em carro individual.

- Investimento no transporte público (autocarro, pequenos autocarros noturnos, preferência por autocarros de motor elétrico ou de baixas emissões) dentro do concelho, que permita uma deslocação rápida e eficiente, alternativa ao carro, aumentando a frota, a frequência, revisão das rotas e aumento de ubs de troca de carreiras.
- Criar uma aplicação específica para os utilizadores dos transportes públicos em Odivelas, de forma a que possam ter acesso eletrónico numa aplicação única e que responda com todos os meios de transporte (Carris, Metro, Carris Metropolitana, Voltas, bicicletas municipais e outros que possam vir a existir no futuro)
- Garantir que todas as operações necessárias ao quotidiano (ex. Pedir passes, compra de bilhetes) podem ser feitas online, assim como todos os pagamentos serem possíveis de realizar por multibanco, on-line ou contactless.
- Criação de meios eletrónicos que permitam facilitar a utilização dos meios de transporte público e otimize o tempo de viagem (por exemplo uma aplicação com localização e tempo previstos dos autocarros, colocação nas paragens écrans com indicação dos tempos de chegada dos autocarros)
- Reforçar a articulação com as empresas concessionadas para o transporte público. Rever os contratos atuais, de forma a garantir que o serviço de transporte público esteja focado no utilizador e não em qualquer outro interesse.
- Avaliar a necessidade de criação de uma empresa municipal para o serviço de transporte público em todo o concelho, de forma a garantir que eventuais falhas na concessão do serviço sejam cobertas por uma oferta pública.
- Aumentar as carreiras do Voltas e tornar esta solução prioritária em relação a outras carreiras.
- Chegar a acordo com as empresas de transporte público rodoviário, para que seja possível o transporte de animais de estimação, sem ser em caixas de transporte (tal como já acontece no Metro).

- Defender uma expansão da rede do Metro, garantindo os interesses do concelho.
- Todas as novas estações de metro devem estar preparadas para pessoas com mobilidade reduzida, com rampas e elevadores (caso haja mais de um piso nas estações) e terem painéis com informações em braille.
- Expansão da rede do metro inter periferias - estudo e elaboração de projeto de expansão da rede do metro a ligar as cidades nas periferias de Lisboa, para garantir uma deslocação mais eficiente e sem a necessidade de ir a Lisboa.
- Avaliar a possibilidade da expansão da linha de comboios do Oeste até ao concelho de Odivelas.
- Aumentar o número e qualidade dos percursos cicláveis entre freguesias, em particular na ligação às estações de metro.
- Nas estações de metro garantir estacionamento seguro para bicicletas e outros meios de transporte ligeiros.
- Criar empresa de utilização gratuita de bicicletas no concelho e assegurar vários pontos de disponibilização de bicicletas junto das novas vias cicláveis e principais pontos de transbordo para transportes públicos.
- Criar circuitos pedonais mais seguros e acessíveis. Reforçar iluminação noturna nestes circuitos, de forma a aumentar a segurança de quem os utiliza.
- Implementar zonas 30 km/h de velocidade máxima em bairros residenciais.
- Reforçar a fiscalização rodoviária preventiva, com intervenção 24h por dia. Com especial ênfase nas contraordenações graves e muito graves junto a escolas, centros de saúde, centros de dia e em todo o concelho durante os períodos noturnos.
- Garantir, que até 2029, há postos de carregamento públicos suficientes para veículos elétricos.
- Garantir que toda a energia elétrica usada em postos de carregamento público é de origem renovável.
- Atualizar a frota da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, bem como prestadores de serviço, de forma a que os veículos tenham meios de propulsão elétricos ou de baixas emissões.
- Instalação de painéis solares em parques de estacionamento públicos. Incentivar fiscalmente os privados, que tenham parques de estacionamento, a proceder de forma semelhante. Utilizar a energia gerada para carregamento de veículos elétricos ou injeção na rede para incremento de energia verde gerada no concelho.

Urbanismo e habitação

A necessidade de habitação acessível e ter planos urbanísticos que estimulem a utilização de zonas públicas, bem como desenhados para suprir as necessidades dos residentes, são temas prioritários para o Volt. Procuramos propostas realistas e com aplicação prática, não só no sentido económico, mas também para garantir que os cidadãos tenham uma casa digna e que tenham orgulho a viver em Odivelas

- Avaliar a criação de uma empresa municipal de urbanismo, de forma a garantir um crescimento na oferta pública de casas. A mesma empresa deverá garantir um plano urbanístico geral para todo o concelho
- Rever o Plano Diretor Municipal (PDM) com urgência, incorporando a identificação de zonas de cheias e definindo para estas zonas limitações na edificação e promovendo a construção de espaços de lazer.
- Estabelecer como limite mínimo que 20% dos novos licenciamentos para construção de habitações são de custos controlados, de forma a garantir mais habitações acessíveis.
- Criação de taxa adicional nos licenciamentos de habitação de luxo ou de elevado custo (relativo à mediana do preço por metro quadrado no concelho)
- Fazer o levantamento completo de casas ilegais e de zonas de construção ilegal. Identificar quantos habitantes estão nestas habitações.
- Criar um programa de incentivo de legalização de construções ilegais, que tenham as condições suficientes e necessárias para serem legalizadas. Criar um programa de realocação em habitações dentro ou fora do concelho de todos os habitantes que estejam em construções ilegais e precárias.
- Identificar terrenos municipais e imóveis devolutos para projetos de renda acessível e habitação cooperativa.
- Proteger inquilinos vulneráveis com mecanismos de mediação municipal, procurando o mínimo de impacto para os proprietários.
- Desenvolver programas de apoio ao arrendamento jovem.
- Acelerar processos urbanísticos, com prazos claros e públicos, combatendo a burocracia que bloqueia projetos de importância municipal.
- Criação de uma “via verde” para novos licenciamentos e novas construções. Digitalizar os processos, de forma que se reduza o tempo burocrático e incentive a nova construção no concelho

- Criação de medidas e projetos para afastar novas construções das zonas mais densas, de forma a permitir a criação de parques e de um espaço habitável mais saudável. Garantir a conectividade por transportes públicos nestas novas zonas.
- Plano de estruturação do vale da Póvoa. Criação de projeto de transformação do vale da Póvoa em zona verde, com parques, ciclovias e zonas de lazer.
- Requalificar zonas verdes existentes e criar microparques com utilidade demonstrada em zonas densamente urbanizadas
- Desenvolver um Plano Municipal de Zonas de Conforto Térmico Urbano (também conhecido como “Refúgios Climáticos”), priorizando as ruas com forte circulação pedonal.
- Estimular a instalação de coberturas verdes e painéis solares em edifícios públicos e privados, com incentivos fiscais municipais.
- Apostar na eficiência energética da iluminação pública e equipamentos municipais, apostando também em iluminação de cor quente (luz amarela).
- Incentivo fiscal municipal para habitações com classe energética mais baixa e definição de critérios mínimos de eficiência energética para novas habitações.
- Garantir fornecimento sem interrupção em todo o concelho de serviços básicos para habitação, como o fornecimento de energia elétrica e água. Garantir que águas residuais e pluviais não provocam inundações dentro dos edifícios.
- Limitar a quantidade de espaços disponíveis a publicidade no espaço público, incluindo publicidade política, criando zonas livres de anúncios de forma a reduzir poluição visual. Criar zonas específicas para a afixação de propaganda política, definindo critérios justos de distribuição entre candidaturas.
- Melhoria dos espaços verdes e de lazer já existentes, com mobiliário urbano sustentável, que permita a maior utilização pelos habitantes.
- Melhor aproveitamento das estruturas já existentes em parques, promover os negócios de restauração e entretenimento em parques e espaços de lazer, garantir a existência de instalações sanitárias em espaços de lazer e parques.
- Alargar e reparar passeios, de forma a que seja sempre possível deslocar a pé dentro e entre lugares do concelho. Criar barreiras para que os carros não possam ocupar os passeios. Libertar os passeios de obstáculos desnecessários. Todos os passeios devem estar preparados para pessoas com mobilidade reduzida.

- Criação de mais parques verdes e de lazer, como por exemplo, junto à urbanização do Jardim da Amoreira, em Caneças em zonas não urbanizadas, em Famões em terrenos não construídos.
- Criar uma rede de ligação segura com passeios e ciclovias entre as urbanizações e os espaços verdes e de lazer.

Segurança

O crime violento é raro em Odivelas, segundo os últimos dados do ministério da Administração Interna. Apesar da criminalidade em Odivelas ser baixa, há uma sensação generalizada de insegurança crescente, que não há forma de medir se é uma questão de perceção ou uma questão real. O Volt apresenta medidas que permitam que a população se sinta mais segura, dentro ou fora de casa.

- Criação da Polícia Municipal de Odivelas.
- Um grande investimento no policiamento de proximidade, com contacto e presença regular junto da população, em particular em zonas de maior afluência ou passagem.
- Garantir uma maior cooperação com o Ministério de Administração Interna, de forma a conseguir um aumento de efetivos da PSP. Apoiar a PSP na aquisição de viaturas e meios que permitam uma ação mais ágil desta autoridade.
- Definir bem os níveis de atuação da Polícia Municipal e da PSP, promovendo colaboração continua entre as duas estruturas.
- Garantir que há formação adequada aos agentes da Polícia Municipal e da PSP, de forma que o contacto com a população seja de proximidade.
- Identificar os locais onde há mais casos de criminalidade e intensificar nestes locais a presença da polícia.
- Estabelecer um programa que garanta que nas escolas o crime não acontece, quer pela formação dos alunos e pessoal docente e auxiliar, quer pela presença continua de polícia.
- Melhorar a iluminação de zonas pedonais, de forma a aumentar a sensação de segurança.
- Estabelecer limite de velocidade de 30 Km/h em zonas residenciais com muitos movimentos de pessoas, perto de escolas, centros médicos e outros serviços.
- Criação de ciclovias com separação eficaz das estradas, de forma a evitar atropelamento de ciclistas.
- Criar um canal de queixas eletrónico, que facilite o contacto da vítima com as autoridades. Este canal pode ser a criação de um canal de WhatsApp ou a partir da aplicação municipal.

- Sensibilizar a população para a necessidade de denunciar crimes, em particular, no que se refere a situações de violência doméstica.
- Criar gabinete de apoio à vítima, em cooperação com associações ou entidades especializadas nestes casos. Garantir que a vítima não continua exposta ao agressor.
- Criar centro de acolhimento de vítimas de violência doméstica.
- Criar programa de formação sobre como evitar e combater o crime, junto da população escolar, em conjunto com a PSP e Polícia Municipal

Humanismo, pessoas e integração

O Volt defende uma sociedade inclusiva e direito de oportunidade igual para todos. As pessoas são o motor da economia, conhecimento, cultura e evolução da sociedade. Apenas com uma sociedade igualitária, poderá tornar Odivelas um local onde se quer viver.

- Assegurar que todos os habitantes em Odivelas têm os direitos básicos satisfeitos, em particular a saúde, alimentação, habitação e educação.
- Identificar todos os locais em que estes valores não estão defendidos, em particular bairros e zonas com habitação ilegal, falhas a nível da educação e grande sensação de insegurança.
- Fazer um novo levantamento do número de pessoas em situação de sem abrigo em Odivelas e tipificação das causas para este fenómeno.
- Criar planos municipais que permitam a integração de todas as pessoas, com especial enfoque para a habitação. Recorrer à empresa municipal de urbanismo para encontrar solução para pessoas sem abrigo ou em risco de perda de habitação.
- Criar uma rede de apoio, envolvendo autoridades locais e nacionais, funcionários municipais e associações, de forma a que todos os imigrantes estejam legais ou tenham o processo de legalização a ser tratado com urgência.
- Melhorar e reforçar com funcionários especializados no Centro Local de Apoio ao Migrante (CLAIM), de forma a agilizar o processo de legalização. Digitalizar o centro e divulgar junto das comunidades migrantes a existência deste apoio municipal.
- Agilizar o processo de obtenção de comprovativo de residência e avaliar a possibilidade de digitalizar este serviço.
- Criar plano para a Polícia Municipal verificar as condições de habitabilidade das casas e limitar o número de habitantes por casa em função da tipologia, com ênfase particular para migrantes recém-chegados.
- Todos os migrantes acolhidos em Odivelas em centros de acolhimento têm de ser apoiados na integração, com cursos e apoios sobre as obrigações, deveres e direitos do cidadão em Portugal (medida e iniciativa municipal, sem substituir medidas nacionais, mas criar mais medidas que efetivem a integração).

- Criar programa de aulas de português e cultura/história de Portugal para cidadãos estrangeiros. Estabelecer parcerias com as escolas públicas, associações e outras entidades para garantir que existem turmas suficientes para cumprir com este programa.
- Integração de pessoas em situação vulnerável em contratos de trabalho nos serviços municipais (por exemplo jardinagem, limpeza de ruas, recolhas de lixo, etc.)
- Garantir, a partir de parcerias com associações e outras entidades, que todos os idosos do concelho têm local para estar em comunidade durante o dia. Estes locais devem ter condições de higiene, segurança e acessibilidade adequados ao tipo de população alvo.
- Promover uma vida em sociedade e de partilha e boa vizinhança, quer criando atividades lúdicas em grupo, quer criando espaços onde as pessoas se possam encontrar.
- Promover uma vida cultural, desportiva e ativa, criando ou promovendo atividades regulares dentro do concelho.
- Criação de um Núcleo Intercultural, onde diversos grupos de influência culturais e religiosos interagem e discutem medidas de integração.
- Criação de eventos culturais, à semelhança de Roterdão, juntamente com associações culturais, eventos mensais ou anuais referentes a cada cultura, para permitir uma melhor troca de experiências.
- Reforço e criação de mais programas de atividades para crianças em idade escolar no período de férias.
- Adaptar todos os edifícios de serviços públicos com acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, instalando rampas e elevadores (onde se justifique). Adaptar as escolas no mesmo sentido.
- Versões acessíveis de todos os comunicados oficiais: A Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as empresas municipais deverão disponibilizar versões alternativas dos seus comunicados e documentos públicos em leitura fácil, braille e outros formatos adaptados às necessidades específicas de pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva ou outras condições que dificultem o acesso à informação.

Educação

Apesar da educação ser um tema mais centralizado no governo da república, o município tem a obrigação de facilitar a concretização dos planos nacionais e garantir que dentro do concelho a educação é acessível a todos. Dentro da esfera de ação do poder autárquico há várias medidas de fácil implementação e sem grandes custos para a autarquia.

- Reavaliar o número de auxiliares de educação nas escolas e tomar medidas para colmatar eventuais falhas, quer pela contratação, quer pela utilização acordos com entidades e associações fora da esfera da gestão autárquica.
- Avaliar pelo menos duas vezes por ano o estado dos edifícios escolares, complementando com uma avaliação mais profunda a cada 3 anos. Criar plano de manutenção e reparação dos edifícios por períodos que excedam os períodos dos mandatos autárquicos, de forma a garantir que os alunos se sentem seguros e confortáveis nestes estabelecimentos.
- Criar programas de férias escolares com enfoque em ciência, cultura, desporto e cidadania europeia.
- Alargar horários de apoio à família em jardins de infância, garantindo o respeito pelo horário dos docentes (por exemplo, horários reduzidos para docentes que trabalhem após as 19h00).
- Promover alimentação saudável e local nas cantinas escolares. Criar planos de alimentação por nutricionistas nas cantinas que contemple as várias necessidades dos alunos. Incluir em todas as escolas uma opção vegan, vegetariana ou macrobiótica.
- Estabelecer parcerias com empresas, fundações ou associações para promover educação nas escolas sobre temas que não estejam incluídos no programa obrigatório. Por exemplo, fazer parcerias específicas com a Junior Achievement Portugal ou a EPIS – Associação Empresários pela Inclusão.
- Criar e incentivar a criação por privados de escolas profissionais em todos o concelho, de forma a haver alternativas ao ensino secundário académico e formar técnicos especialistas no concelho.
- Procurar estabelecer parcerias com politécnicos ou universidades para criar um campus universitário no concelho.
- Reforçar o papel das associações de pais e criar reuniões regulares, de forma a haver atividades extracurriculares nas escolas que satisfaçam as necessidades dos alunos.

- Criar um programa municipal de ciência, de forma a divulgar junto da população escolar o conhecimento científico. Avaliar a possibilidade da criação de um centro de ciência viva no concelho.
- Disponibilizar em pelo menos uma escola do 3º ciclo do ensino básico ou secundária aulas de Língua Gestual Portuguesa, como atividade extracurricular. Estas aulas devem poder ser utilizadas por qualquer estudante das escolas da freguesia.
- Maior divulgação das atividades da biblioteca municipal. Criar atividades para a população em geral e, em particular, para os alunos do concelho, na biblioteca municipal, como, por exemplo, apresentação e lançamento de livros, clubes de leitura, convidar escritores portugueses e estrangeiros, cursos de escrita e tradução.
- Maior digitalização das escolas, quer na possibilidade de efetuar mais operações no site da escola (como, por exemplo, inscrição, publicação de notas, inscrição nos exames, acesso ao programa das disciplinas, compra de senhas de alimentação, carregamento de dinheiro nos cartões de aluno), quer na disponibilidade de equipamentos informáticos para os alunos poderem aceder a informação, quer na criação de redes seguras de Wi-Fi em todas as escolas de 3º ciclo e secundárias.
- Promover atividades e colaboração entre as várias escolas do concelho. Por exemplo, criação de concursos de cultura geral e de disciplinas específicas, campeonatos desportivos, criação de clubes de teatro, simulações de debates, mini “parlamentos” de alunos.
- Criar um prémio/bolsa para os melhores alunos das escolas do concelho.
- Avaliar a possibilidade de o município disponibilizar de forma gratuita os livros de exercício dos manuais escolares até ao 3º ciclo do ensino básico.
- Promover a educação cívica e religiosa no concelho, em parceria com as várias instituições religiosas do concelho e associações laicas, criando programas de formação fora do ambiente escolar.

Saúde

O município pode ter uma função muito importante na saúde preventiva e na criação de hábitos saudáveis na população. Apesar de não poder interferir de forma direta na saúde curativa, pode facilitar que programas nacionais sejam implementados.

- Promover atividades e programas de uma vida ativa, para os vários escalões etários. Criar programas desportivos, em parceria com federações, clubes e associações desportivos, ginásios e especialistas na área, tanto a nível municipal, como das freguesias. Criar aulas de grupo de várias práticas desportivas ou de atividades físicas, de acesso gratuito, em locais públicos ou instalações do município.
- Criar cursos e sessões de esclarecimento, em formato digital ou presenciais, sobre hábitos saudáveis (por exemplo, alimentação, sono, vida ativa), em parceria com instituições, centros de saúde, clínicas privadas e profissionais independentes.
- Promover programas de divulgação de saúde sexual, em particular junto da população escolar adolescente, em parceria com associações, centros de saúde e profissionais especializados na área.
- Avaliar a possibilidade de contratar a nível autárquico enfermeiros que se possam deslocar a casa de pessoas com mobilidade reduzida ou dificuldade de deslocação aos locais cuidados de saúde primários, para avaliação geral do estado de saúde e fazer exames simples, de forma a identificar preventivamente a necessidade de apoio médico ou especializado.
- Promover junto das farmácias a execução de testes e medições simples, como tensão arterial, níveis de glicémia, peso. Criar programa de administração de injeções e vacinação, que possa ser feita em farmácias, com base em acordo com estes estabelecimentos.
- Criar programa para prevenção e tratamento de adições, quer físicas, quer psicológicas, em parceria com centros clínicos e centros de saúde. Fazer formação junto dos jovens e da população em geral, sobre os riscos de adições e vícios.
- Disponibilizar terreno municipal para a construção de um hospital privado ou do setor social. Criar parceria com esta instituição para colaboração na saúde preventiva no concelho.

Economia local e desenvolvimento

O tecido empresarial de Odivelas é essencialmente composto por negócios familiares e pequenas e médias empresas. São negócios que estão muito dependentes do consumo local e centralizado. Há a necessidade de promover e apoiar os pequenos negócios, de forma que estes possam ser sustentáveis.

- Garantir que existem multibancos (colocados por bancos) em número suficiente e em localizações adequadas, para suprir as necessidades da população.
- Apoiar o comércio local para garantir que há sempre formas de pagamento eletrónico, criando acordos especiais com os balcões dos bancos que se encontram no concelho.
- Criar parcerias com os negócios locais, no que se refere a serviços necessários para a população e disponibilizados pelas autarquias. Dar prioridade ou criar avaliações preferenciais às empresas registadas no concelho.
- Criar espaços de co-working, para fixar pessoas em Odivelas que estejam em trabalho remoto e trabalhadores independentes. Os espaços de co-working podem ser feitos em edifícios das autarquias ou em parceria com empresas privadas.
- Criar um gabinete de apoio à empresa e ao trabalhador independente, onde seja possível ter o apoio de pessoas especializadas para registo e criação de empresas, entregas de declarações, pedidos de licenças e todas as outras operações para que os pequenos empresários não se tenham de deslocar a mais de um sítio. Este gabinete deverá ter agendamento on-line e ser dimensionado em função das necessidades.
- Criar linha de financiamento para novas empresas com sede no concelho. Criar programas de financiamento e apoiar empréstimos às empresas, sendo o município fiador, para projetos devidamente suportados e com interesse para o concelho.
- Reavaliar a taxa relativa à ocupação de espaço público (como por exemplo esplanadas) e cobrar apenas no período de utilização, de forma a incentivar o alargamento do espaço dos negócios locais.
- Apoiar o/os meio/meios de comunicação locais, permitindo uma maior divulgação e publicidade das empresas e negócios do concelho. Garantir uma maior visibilidade dos negócios locais, utilizando (por exemplo) o website da câmara e juntas com um diretório de empresas.

- Avaliar a possibilidade de criar um parque logístico, empresarial e de inovação e tecnologia, perto do proposto campus universitário, de forma a tentar atrair mais e maiores empresas para o concelho. Executar e divulgar junto dos residentes um estudo de impacto ambiental e social para este parque, com as devidas medidas de mitigação.
- Criar incentivos fiscais municipais para empresas que tenham boas práticas ambientais, paguem vencimentos acima da média local ou nacional, criem emprego especializado e/ou tecnológico e invistam na investigação e tecnologia.
- Intervir junto dos concelhos limítrofes para garantir que os estudos de impacto ambiental de projetos industriais ou logísticos têm medidas de mitigação necessárias de forma a minimizar o impacto sobre a população de Odivelas.
- Investir na divulgação de pontos turísticos ou produtos locais (como por exemplo a marmelada branca de Odivelas). Procurar parcerias com o Turismo de Portugal e o Turismo de Lisboa, de forma que a divulgação seja mais eficiente.
- Reforçar o gabinete de turismo, com pessoas especializadas e com guias. Criar visitas regulares a monumentos e locais de interesse, disponíveis várias vezes por mês. Levar os alunos das escolas locais aos pontos de interesse turístico, criar programas para as escolas com a história local de Odivelas e tornar os odivelenses os principais promotores dos locais de interesse do concelho.
- Criar uma ou mais zonas de divertimento noturno, com bares, restaurantes e atividades ao ar livre. Garantir que esta zona é facilmente acessível e que não perturba os residentes.
- Fazer um estudo sobre as melhores formas de implementar uma economia crescente local, identificando novas oportunidades e formas de incentivo autárquico para o desenvolvimento económico do concelho, até pelo menos 2036. Estabelecer um programa de crescimento económico local com base nas conclusões do estudo (10 anos para implementação total do programa). O estudo e programa deverão estar terminados até final de 2026.

Digitalização e comunicação com a população

A digitalização dos serviços autárquicos melhora muito a eficiência e acessibilidade da população em geral. Liberta pessoas do atendimento pessoal para tarefas em que é efetivamente necessária a intervenção humana, facilita e agiliza a interação dos residentes com os serviços autárquicos. Em relação à comunicação das autarquias com os residentes há muito que se possa melhorar. Os odivelenses muitas vezes não sabem do que se passa em Odivelas, quer por falta de divulgação, quer por dificuldade em encontrar a informação.

- Digitalização total dos serviços municipais e das juntas, de forma a evitar deslocações desnecessárias à Junta ou à Câmara. Possibilidade de pagamento de serviços on-line e receber fatura eletrónica.
- Criar agendamento eletrónico para todos os serviços em que seja necessário deslocar aos gabinetes autárquicos. Criar o serviço de apoio a residentes que não tenham acesso a meios eletrónicos ou que tenham dificuldade em utilizar.
- Dar preferência à comunicação eletrónica entre a autarquia e os cidadãos. Criar uma base de dados com os contactos dos residentes. Evitar a situação habitual de considerar que o cidadão fica informado com a publicação e afixação de editais.
- Ter uma linguagem simples e adequada nas comunicações ao cidadão e empresas locais. Estabelecer uma maior proximidade da autarquia ao cidadão e trabalhar em parceria.
- Ajudar na ponte entre o cidadão e as autoridades locais. Criar canais de comunicação eletrónica entre o cidadão e as autoridades locais.
- Criar uma linha de apoio ao cidadão, com possível encaminhamento e ajudar na utilização dos canais digitais.
- Dar apoio aos residentes que tenham dificuldade em utilizar os sistemas do estado, como por exemplo para entrega do IRS. Se necessário utilizar a contratação de pessoas por período curto, nas alturas em que isso se justifique.
- Nos espaços de co-working, disponibilizar material informático para quem não tenha possibilidade de usar ou ter material próprio.
- Disponibilizar ações de formação para a população, para utilização de software habitual e os meios digitais da autarquia.

- Ter redes sociais atualizadas e com publicações regulares de interesse geral para a população para todas as freguesias, câmara municipal e assembleia municipal. Divulgar junto das associações e movimentos de cidadãos da autarquia, de forma a ter o maior alcance. Expandir o conceito do “Zelador da Cidade” a todas as juntas do município (canal de WhatsApp para comunicação direto com as juntas e identificação de situações urgentes a reparar)
- Publicar em canais digitais todas as reuniões da câmara, assembleia e juntas. Fazer as reuniões online, de forma que possa haver uma maior intervenção por parte dos cidadãos.
- Criar um arquivo digital, de fácil acesso e com índice por temas, de todas as reuniões e atas de reuniões dos poderes autárquicos.
- Estabelecer reuniões regulares com as associações de residentes e movimentos de cidadãos, permitindo uma maior aproximação do poder autárquico aos cidadãos.
- Rever os websites da câmara, assembleia e juntas, de forma que seja mais fácil a sua utilização. Criar em todos os websites hiperligações para os serviços digitais autárquicos.
- Criar newsletters semanais para a câmara e mensais para as juntas, com envio por e-mail a todos os residentes.
- Comunicar todas as intervenções feitas pela autarquia ou serviços licenciados/concessionados atempadamente aos cidadãos, quer por meios digitais, quer por afixação em locais visíveis, de forma a que os residentes possam adaptar-se mais facilmente a eventuais constrangimentos.
- Criar um “mapa interativo do concelho” com informações sobre obras, eventos e serviços.
- Avaliar junto dos cidadãos quais as informações que consideram mais pertinente que seja divulgada pela autarquia, mesmo que não seja de responsabilidade direta da autarquia.
- Garantir a segurança adequada a todos os serviços eletrónicos. Caso necessário, contratar empresas especializadas, de preferência locais.
- Criação de orçamentos participativos, de forma a que os cidadãos tenham uma maior consciência da utilização dos dinheiros públicos e possam priorizar a aplicação destes fundos.
- Favorecer uma cidadania ativa, apoiando mais as associações e movimentos de cidadãos, tornando as decisões autárquicas mais próximas do cidadão e com maior conhecimento do impacto das decisões tomadas.

Ambiente e serviços autárquicos de água e resíduos

Em termos ambientais, o maior impacto no concelho está associado à habitação, água potável, água para outros serviços e tratamento de resíduos. Uma vez que a indústria é uma atividade residual no concelho, tem de ser dada a maior importância e adotar medidas de melhoria para estes serviços. A questão da resiliência climática é de particular importância no concelho, tendo em conta a vasta zona de cheias existente.

- Fazer um novo PDM, com base no impacto ambiental e nas avaliações da proteção civil, no que se refere a fenómenos climáticos extremos, alteração climática, necessidade de evacuação urgente de determinadas áreas e situações de emergência consideradas possíveis.
- Fazer uma completa avaliação das zonas de cheias e criação de medidas que minimizem o impacto da natural acumulação de águas pluviais nas zonas ribeirinhas.
- Identificar zonas propícias a incêndios e criar medidas que minimizem o risco de incêndio (como desmatção) e criar vias para acesso de meios de combate a incêndios.
- Criar um plano municipal de Emergência Climática com medidas específicas para cheias, ondas de calor e incêndios urbanos ou florestais.
- Avaliar e reforçar a resiliência sísmica dos edifícios e infraestruturas municipais, com auditorias regulares e planos de reforço estrutural.
- Criar uma rede de “Pontos Seguros” realista e eficaz: locais identificados e preparados para acolher população em situações de emergência, com abastecimento básico e energia de reserva.
- Implementar campanhas anuais de informação sobre preparação doméstica e comportamentos de autoproteção (por exemplo kits de emergência, rotas de evacuação, algoritmos de reação a ameaças e catástrofes).
- Melhorar a comunicação em tempo real com a população, através de uma app municipal de alertas, SMS e redes sociais, com linguagem clara e acessível, em Português e Inglês.
- Simulações mais realistas e exercícios anuais em articulação com Proteção Civil, forças de segurança, escolas e empresas, envolvendo os cidadãos, e focados nas boas práticas europeias.

- Garantir a recolha de resíduos urbanos de forma atempada e adequada, de modo a que não haja acumulação de lixo nas ruas ou junto dos contentores.
- Garantir que todos o lixo reciclável é encaminhado para centrais de reciclagem e que não terminam em aterros. Avaliar a necessidade de criar uma central de reciclagem de lixos urbanos no concelho, caso não existam respostas suficientes para o tratamento do lixo criado pelos habitantes.
- Promover junto dos cidadãos boas práticas de separação do lixo e avaliar a necessidade de criação de medidas punitivas para quem não faça a devida separação do lixo.
- Estabelecer um serviço de recolha de monos com regularidade pelo menos semanal. Chegar a acordo com empresas ou associações que façam a reciclagem ou reutilização de monos. Divulgar junto dos contentores o contacto telefónico ou por meios eletrónicos do serviço municipal de recolha de monos. Não permitir a colocação de monos junto dos contentores, caso a recolha não seja feita no próprio dia.
- Garantir que toda a água potável do concelho tem qualidade para consumo humano. Garantir que há reservas de água suficientes para situações de emergência ou catástrofe. Estabelecer níveis de serviço mínimos com a empresa de fornecimento de água potável, de forma a que as interrupções de serviço são minimizadas e apenas ocorrem em caso de total necessidade ou ocorrência imprevista.
- Criar um sistema de deteção de fugas inteligente na rede de distribuição de água, de forma a minimizar as perdas de água no sistema.
- Dar preferência à utilização de água reciclada para rega, serviços de limpeza e lavagens de ruas e outras utilizações, que não o consumo. Esta água não necessita de ter qualidade para consumo humano.
- Criar um plano municipal para os esgotos de forma a que toda a água residual é devidamente encaminhada para ETAR e que após tratamento e nível de purificação adequado, é reutilizada para consumo ou outras utilizações indicadas anteriormente.
- Estabelecer um plano de limpeza de esgotos e canais de águas pluviais, de forma a que não haja o retorno destas águas para a superfície ou para dentro de edifícios.
- Garantir meios para um bom escoamento das águas pluviais, de forma a evitar pequenas cheias ou alagamento de zonas residenciais ou com edifícios.
- Promover boas práticas de redução de consumo de energia e recursos naturais, como por exemplo a criação de formações e ações de sensibilização

da população escolar e geral. Tomar boas práticas dentro do poder autárquico e usar como exemplo para a população (por exemplo, evitar regas por aspersão de jardins públicos em períodos de muito calor, utilização de equipamentos de baixo consumo na iluminação pública).

- Adaptar a frota e equipamentos motorizados das autarquias a formas de energia mais sustentáveis, como carros elétricos, equipamento pesado movido a combustíveis de baixas emissões. Criar um concurso de ideias para adaptação dos edifícios autárquicos e procurar formas de financiamento com baixos custos (por exemplo fundos europeus e nacionais para a adaptação de edifícios e equipamentos a baixos consumos energéticos).
- Incentivar o licenciamento de edifícios de habitação de baixo consumo e com produção independente de energia (por exemplo, colocação de painéis solares).
- Dar prioridade à utilização de eletricidade verde como principal forma de energia em todo o concelho. Garantir que pelo menos 70% da eletricidade de todo o consumo elétrico dentro do concelho é de origem renovável, estabelecendo parcerias com as empresas fornecedoras de eletricidade. Criar projetos locais, como geração de eletricidade dentro do concelho por aerogeradores ou painéis solares, de forma a que este valor possa chegar aos 100% até 2040 (criar espaço para a geração de eletricidade que não recorra a combustíveis fósseis).
- Ter um plano ou estabelecer parcerias de forma a que haja o devido controlo de pragas. Caso necessário, rever os contratos de concessão para este serviço, com serviços mínimos que garantam a não ocorrência de pragas e em caso dessa ocorrência, o extermínio em períodos não superiores a 2 dias. Identificação de possíveis pragas que possam ir surgindo, como foi o caso da vespa asiática.
- Assegurar que todos os animais de estimação, em particular cães, estão devidamente vacinados e que não são um meio de propagação de doenças.
- Criar um espaço veterinário municipal, em que todos os animais de estimação registados nas juntas, possam ter vacinação obrigatória gratuita e cuidados veterinários a preços acessíveis. Criar parcerias com faculdades de medicina veterinária, para que este serviço possa ser o mais eficaz e acessível possível.
- Incentivar a criação de associações dentro do concelho para a recolha de animais abandonados ou sem dono, implementando um programa municipal de esterilização dos animais de companhia. Apoiar nas iniciativas para adoção de animais que se encontrem nestas associações, permitindo a utilização de espaços públicos nas ações destas associações.

- Responsabilizar os tutores dos animais pelo bom comportamento em locais públicos ou de utilização pública. Criar formas de punição autárquicas para quem não respeitar os direitos dos animais. Desincentivar a criação de raças puras com problemas de desenvolvimento natural e adequado ao bem-estar do animal, dentro do concelho. Fiscalizar o número máximo de animais de companhia por habitação, de forma a fazer cumprir a lei e o bem-estar da vizinhança.
- Incentivar que seja permitida a entrada de animais de companhia em locais de utilização pública, estabelecendo as regras necessárias para que a presença dos animais não incomode os outros utilizadores dos espaços.

Cultura e desporto

Odivelas é um concelho com uma vida cultural quase inexistente. É necessário criar medidas para que a cultura e o desporto se tornem uma parte essencial da vida dos residentes. A cultura é o motor da evolução das ideias e o desporto é essencial para uma construção de uma vida social com regras e criação de valores, como o espírito de equipa e o desejo de ser sempre melhor. A cultura local tem sido sempre relegada em segundo plano e há uma necessidade urgente de criar uma identificação da cidade e das vilas do concelho.

- Dar uma utilização adequada ao Mosteiro Dom Dinis. Tornar este monumento um ponto central da vida cultural do concelho. É necessário valorizar devidamente o monumento e as pessoas que querem tornar este mais vivo e mais acessível a todos.
- Colocar o Mosteiro Don Dinis no roteiro nacional de monumentos e museus. Criar dentro da área do turismo e cultura uma seção que seja responsável pela conservação, reabilitação e utilização do monumento. Abrir o mosteiro à vista do público, criar festivais de música dentro da igreja do mosteiro, como por exemplo, um festival de música gregoriana, um festival de música tradicional portuguesa, como o fado e fazer parte de festivais com outros concelhos limítrofes.
- Criar um museu da idade média portuguesa no Mosteiro Dom Dinis, com particular ênfase na primeira dinastia dos reis de Portugal.
- Transformar o centro da Malaposta, num verdadeiro centro cultural em Odivelas. Atribuir o espaço a uma companhia de teatro fixa e que promova o espaço com sessões regulares de teatro e outros eventos culturais. Criar festivais de teatro e cinema no centro, podendo incluir a Malaposta noutros festivais de concelhos limítrofes.
- Convidar artistas nacionais e internacionais para a sala do teatro da Malaposta. Criar debates e exposições no certo cultural. Ter uma agenda durante todo o ano, reforçando os programas durante o período habitual de férias.
- Identificar e recuperar outros espaços adequados a espetáculos, como o auditório da Póvoa de Santo Adrião. Incluir estes espaços nos festivais e eventos promovidos pelo centro cultural da Malaposta.
- Criar festivais de dança em Odivelas, procurando envolver as escolas de dança locais e favorecer a prática desta arte no concelho.

- Criar roteiros pelas fontes de Caneças, criar um museu da água e da história de Caneças e ter percursos pedestres devidamente assinalados. Promover eventos regulares de passeios guiados por Caneças. Promover junto do turismo de Portugal e de Lisboa estas atividades de forma a criar um público maior.
- Criar programas de verão, em conjunto com a Escola Profissional Agrícola Dom Dinis – Paiã, que promovam junto dos jovens o gosto pela agricultura, pela pecuária e pela criação de animais responsável.
- Favorecer a música tradicional e popular de qualidade portuguesa nas festas e feiras no concelho. Dar prioridade a artistas portugueses nestas festas. Criar formas de transporte público para os locais destas festas e feiras.
- Incentivar junto das associações culturais e sociais a realização de festas e feiras publicas.
- Colocar o festival da marmelada branca no circuito nacional, com o apoio do ministério da cultura e do turismo de Portugal. Promover este produto fora e dentro de Portugal. Criar e facilitar os canais de comercialização deste produto.
- Criar festivais de outras culturas, que não a tradicional portuguesa, em colaboração com associações e movimentos de cidadãos estrangeiros, de forma a haver mais espaço para a multiculturalidade.
- Disponibilização de audiodescrição e intérprete de Língua Gestual Portuguesa (LGP), sempre que possível, nos eventos culturais, institucionais e comunitários organizados pelo município.
- Realização de eventos em espaços acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, com acesso adequado para cadeiras de rodas, incluindo entradas niveladas, casas de banho adaptadas e sinalização acessível, promovendo a participação digna e segura de todos os cidadãos.
- Promover eventos desportivos nacionais, para que ocorram nos equipamentos desportivos do município. Promover a prática desportiva federada, com apoios a clubes que tenham atletas em competições nacionais ou internacionais.
- Criar campeonatos desportivos no concelho de desportos de equipa ou individuais, que possam ocorrer nos equipamentos desportivos do concelho.
- Criar parceiras com federações desportivas, para que haja no concelho cursos, preparação de equipas e treinos preparativos para competições.

- Promover mais demonstrações desportivas, mesmo que não sejam competições, como saraus gímnico, demonstrações de artes marciais, encontros de clubes, atividades de atletismo para a população.
- Avaliar a possibilidade de criação de um centro gímnico de competição no concelho, que possa ser o centro de preparação nacional dos ginastas federados portugueses.
- Criar competições amigáveis entre os clubes desportivos e escolas do concelho, de forma a incentivar a prática desportiva e criar vontade nos jovens de seguir uma carreira profissional desportiva.

Transparência e boa governação:

Uma governação transparente e longe dos interesses pessoais é essencial para o sucesso de qualquer autarquia. Evitar favorecimentos e acordos pouco claros, deveria ser uma preocupação constante da autarquia, não só para uma melhor aplicação dos dinheiros públicos, mas também para criar uma maior confiança junto da população. Dentro da câmara de Odivelas, da Assembleia ou de todas as juntas só devem existir governantes, políticos, gestores, técnicos e funcionários que tenham como primeiro objetivo o bem da população e a clareza das suas intenções nos seus atos.

- Publicar online todos os contratos, protocolos e decisões autárquicas de forma acessível.
- Disponibilizar um portal de monitorização em tempo real de obras municipais e prazos de execução.
- Criar orçamentos participativos nas freguesias com dotação realista e execução obrigatória.
- Estimular assembleias abertas com transmissão online, a partir de uma maior e melhor divulgação e com horários que promovam a participação cívica.
- Tornar público os orçamentos municipal e das juntas, com o devido acompanhamento trimestral da execução do orçamento.
- Incentivar que todas as pessoas em cargos políticos cumpram com as recomendações Transparência Internacional Portugal – TI-PT
- Incentivar que todos os partidos políticos tenham um programa claro e transparente. Promover a discussão e partilha de ideias dos vários partidos representados na autarquia, quer em reuniões públicas, quer em encontros regulares. Promover a participação cívica no modelo de governação do concelho.
- Criar concursos atempados, de forma a evitar adjudicações por ajuste direto. Todas as adjudicações devem ser publicadas de forma facilmente acessível pela população, desde que se salvguarde a proteção de dados e informação particularmente sensível.
- Criar um departamento de ética e transparência, de forma a garantir que todas as decisões são tomadas de forma a defender o interesse público e não interesses pessoais ou possam criar situações de incompatibilidade de cargos públicos.

- A contratação de pessoas deve ser feita de forma a favorecer as pessoas mais qualificadas, com critérios bem claros e que não favoreçam ou desfavoreçam injustamente qualquer pessoa.
- A avaliação dos proponentes a concursos deve ter critérios claros e fáceis de determinar. Podem ser criados critérios que favoreçam proponentes locais e que desta forma incentivem de forma evidente o crescimento económico do concelho.
- Qualquer caso identificado de possível corrupção ou incumprimento legal, deve ser tratado internamente e com o sigilo adequado, até que seja fechado o processo interno ou externo de avaliação do caso ou julgamento.
- Todas as decisões devem ser tomadas com base em factos e não em pareceres não fundamentados ou parciais. O departamento de ética e transparência tem sempre de avaliar as tomadas de decisão, quer este pedido seja feito através de queixa, quer por iniciativa própria. Devem ser estabelecidos critérios de número mínimo de decisões/adjudicações a analisar e critérios claros para quais os processos que têm de ser sempre avaliados por este departamento.
- Devem ser feitas auditorias independentes anuais à execução do orçamento e todas as atividades que impliquem a utilização do dinheiro público. As entidades auditoras devem ser escolhidas, dentro do legalmente possível, de forma imparcial e de acordo com as recomendações nacionais e europeias.
- Avaliar a implementação de um modelo de governação descentralizado durante o mandato e posterior aplicação: o modelo da freguesia “sede de conselho”, pressupõe que o executivo da câmara se deslocasse para cada uma das freguesias, num período de um mês por ano, com as reuniões da câmara e da assembleia a serem realizadas na freguesia, de forma a aproximar mais o executivo à realidade de cada freguesia.

Notas finais

As medidas apresentadas e a sua implementação, dependerão sempre da disponibilidade orçamental e da boa gestão dos meios financeiros. A aplicação de algumas medidas, podem ir para além do período do mandato, pelo que deve ser acordado entre todos os representantes nas autarquias, garantindo a sua execução completa.

Todas as decisões tomadas não podem apenas ser pensadas em termos de curto prazo. Há muitas vezes a necessidade de um maior investimento inicial, de forma a conseguir um retorno a médio ou longo prazo. Por exemplo, o investimento na cultura não pode ser pensado de uma forma meramente economicista, mas sim no sentido de conseguir uma sociedade culta, tolerante e com vontade de aprender e conhecer mais, bem como na satisfação e no crescimento cultural da população.

O Volt propõe-se a criar um sistema de gestão autárquica eficiente e que vá de encontro às necessidades da população. A governação é feita de pessoas para pessoas e não para objetivos meramente económicos ou de visão a curto prazo. O Volt pode trazer uma visão mais abrangente de outras formas de governação que já foram implementadas em outras cidades da Europa e que possam ser adaptadas à realidade Odivelense.

Queremos uma Odivelas para os Odivelenses e para todos que nos queiram visitar, aproveitar o que temos de bom para dar e que, seguramente, queiram vir a ser nossos vizinhos.

Por uma Odivelas melhor, Mais Perto, Mais Acessível, Mais Humana e Mais Habitável.